

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
CONTRIBUIÇÕES DE UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Antônio Maciel Botelho Machado*¹

RESUMO

A reforma agrária no Brasil vem sendo discutida há mais de quarenta anos. A partir da Nova República surge o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST e, com ele, maior organização dos trabalhadores rurais e urbanos e a ampliação do número de ocupações de terras ociosas. A “ocupação”, a “resistência” e a “produção” exigem convívio coletivo. Portanto, é um processo educativo. Este artigo apresenta dois temas: o “trabalho coletivo” e o “uso de tecnologias”, sobre os quais se aglutinam diferentes representações dos agricultores assentados da Fazenda Ipanema, em Iperó, Estado de São Paulo. O conhecimento destas representações indica caminhos para projetos de educação ambiental que se proponham tanto a fortalecer a autonomia e a participação social, quanto à busca de modelos agrossilvopastoris alternativos e mais sustentáveis.

ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR SUSTAINABLE
DEVELOPMENT IN RURAL SETTLEMENTS:
CONTRIBUTIONS OF A SOCIAL REPRESENTATION CASE STUDY

ABSTRACT

Agrarian reform in Brazil has been discussed for more than forty years. Since the New Republic, the Movement for Landless Workers has appeared with a resulting better organization of both urban and rural workers and an increase in the occupation of unproductive lands. Occupation, resistance and production processes call for education. This paper presents two themes: collective work and use of technology. Around both themes, different representations of farmers are settled on the Farm Ipanema, Iperó County in the State of São Paulo. Knowledge gained has indicated the paths for environmental education projects aiming at strengthening autonomy and social participation in the search for alternative agrosilvopastoral models which may prove to be more sustainable.

¹ Engenheiro Agrônomo, pesquisador da Embrapa-CNPQ e mestrando em Ciências Florestais na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós - ESALQ/USP. Endereço: Rua Luiz de Queiroz, 377, apt. 03 Centro. CEP 13400-780 Piracicaba, São Paulo. E-mail: ambmacha@carpa.ciagri.usp.br

A.M.B. Machado

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil vem sendo discutida e vivenciada por diferentes atores da política nacional desde a década de 50. No início surge com as Ligas Camponesas, no Nordeste. Após o golpe militar de 1964, o general Castelo Branco assina o Estatuto da Terra, que reconhece a necessidade de execução de uma política fundiária e traça diretrizes para a sua implementação, que, não saindo do papel, dá lugar a uma política de desenvolvimento industrial urbana que concentra a renda e a terra, além de promover intenso êxodo rural. Com o fim do regime militar ressurgem com mais força a luta pela reforma agrária presente: no III Congresso dos Trabalhadores Rurais da Contag², em 1981; no acampamento “Encruzilhada Natalino”, em Ronda Alta, em 1981; no acampamento Herval Seco, 1984; e na Fazenda Anoni, em outubro de 1985, todos no Rio Grande do Sul; nas amplas discussões sobre a função social da terra e o posterior retrocesso da Constituição de 1988, não reconhecendo a figura do latifúndio por dimensão, já presente no Estatuto da Terra de 1965; nas reivindicações populares da década de 80; nas campanhas presidenciais de 1989 e 1994; e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, que desponta em 1984 e se expande até os dias de hoje. A ausência de uma resposta dos governos que se passaram desde 1950 fez emergir um movimento social autêntico de luta pela terra. Um novo perfil vem sendo traçado no campo brasileiro com as inúmeras ocupações que vêm ocorrendo desde 1984, em todo o Brasil.

O NOVO PERFIL DO CAMPO OCUPADO PELO MST

“Ocupar, resistir e produzir” é o lema do MST.

“Ocupar” as terras improdutivas para distribuí-las para os que nela querem trabalhar. As ocupações têm provocado movimento cidade–campo contrário às pressões impostas pelo modelo de desenvolvimento brasileiro.

“Resistir” caracteriza-se tanto pela persistência dos acampados que permanecem vários anos, sob lonas, à beira de estradas ou dentro das fazendas, à espera da divisão da terra, quanto pela persistência do movimento amplo de ocupação, que se expressa pelo número crescente de acampamentos e cadastramentos de sem-terra. Eles devem resistir à reação,

² CONTAG-Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

sempre presente, seja dos latifundiários organizados e suas milícias, seja do aparelho de Estado, que intervém de forma policialesca, controlando as ocupações muitas vezes com o uso da violência, como foi o caso de Eldorado de Carajás, no Pará.

“Produzir” passa geralmente por duas fases: uma inicial, durante o período de acampamento, quase sempre organizada de forma coletiva e voltada para a subsistência: arroz, feijão, milho e mandioca, entre outras. Às vezes, voltada para a comercialização em mercados próximos, por meio da horticultura e fruticultura, por exemplo, abóbora e melancia. E outra fase, mais definitiva, que acontece após o reconhecimento do assentamento pelo Estado e a demarcação das glebas ou lotes. Neste momento, a organização interna se encaminha para formas individuais ou coletivas quanto ao uso da terra.

Os sistemas de produção nos assentamentos rurais variam de acordo com a região e também com o grau de organização desenvolvido ao longo do período de acampamento, mesclando formas tradicionais de agricultura familiar com baixo nível de utilização de insumos, até formas mais avançadas de organização associativas ou cooperativadas para a produção e comercialização com o uso de tecnologias modernas.

MST, UMA ESCOLA

Ao ocupar, resistir e produzir, o MST está criando uma circunstância nova de vida para aqueles que dele participam.

A grande maioria dos trabalhadores que participa das ocupações organizadas pelo MST foi historicamente desapropriada dos seus meios de produção e, num processo de urbanização, se vinculou, pelo menos em alguns momentos de suas existências, como trabalhadores nos setores industrial ou de serviços, ou mesmo, manteve-se sem vínculo empregatício, ou na economia informal. Tanto para os ex-camponeses que, por terem sido expulsos da terra, estão retornando ao campo pela reforma agrária, quanto para os trabalhadores urbanos, cujas raízes agrárias já se encontram muito distantes, a luta pela posse da terra é um processo educativo de conquista da cidadania. Pessoas se organizam, se preparam e concretizam as ocupações e a vida comunitária exigida nas condições posteriores de resistência. Nesse processo, elas aprendem formas de convívio coletivo e maneiras próprias de resolução e superação dos inúmeros conflitos advindos da luta e das condições de sobrevivência. No acampamento, saberes sobre o cotidiano se

coletivizam, formando uma rede de significações que se cruzam para interpretar as novas circunstâncias de vida e produzir, em especial, os conhecimentos sobre as formas de lidar com a natureza. Assim, o acampamento é um espaço rico em re-significações constantes; é, portanto, um *locus* de intenso processo de educação comunitária.

Durante o momento de ocupação, as questões mais emergentes ou prioritárias dizem respeito à manutenção do grupo no acampamento. Os trabalhos em equipes estão voltados para a construção das barracas de lonas, a procura de água para a alimentação e higiene, a abertura de fossas, a busca de recursos e doações, os plantios iniciais, a segurança, a cozinha e a saúde. A questão ambiental não aparece como prioritária neste momento da ocupação, porque a luta ferrenha pela sobrevivência não permite, mas é a relação direta com a natureza que os desafia nas tomadas de decisão.

A preocupação com a conservação ambiental, apesar de presente no discurso das lideranças, muitas vezes não é partilhada pelos acampados, por força da carência de recursos e por hábitos e crenças anteriores. Diversas questões referentes ao meio ambiente passam a fazer parte do cotidiano de um acampamento, desde a necessidade de derrubada de árvores para a construção dos barracos e os desmatamentos para os plantios; a utilização de maquinaria (tratores e implementos) ou simplesmente o uso do fogo para o preparo das áreas iniciais de produção; a utilização das águas de córregos, lagoas ou poços (muitas vezes a contaminação dessas águas com coliformes fecais devido às condições precárias dos acampamentos); a presença do lixo espalhado a céu aberto que passa a ser fonte de diversas doenças; a caça de animais silvestres como fonte de proteínas para a alimentação.

Nos assentamentos definitivos modificam-se as condições originais que ganham contornos diferentes e formas de lidar com o ambiente também diferentes. No momento da demarcação das terras separam-se os espaços de exploração, de reservas obrigatórias e legais e áreas comuns ou comunitárias; são construídas curvas de nível para a contenção da erosão; abrem-se estradas vicinais e, com muita luta, o Estado libera os recursos financeiros provenientes do PROCERA³. Esse novo contexto traz, com ele, obrigações, contrapartidas, informações, reflexões, decisões, ações, enfim,

³ PROCERA-Linha oficial de crédito, específica para os pequenos produtores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, aplicada durante os primeiros cinco anos em cada assentamento rural.

uma práxis que vai produzindo diferentes maneiras de os assentados construírem suas representações sobre o mundo.

A práxis produz as representações e essas, dando forma ao mundo, conduzem os modos de agir sobre a natureza e os outros seres humanos. As experiências vividas cristalizam diferentes contextos sociais que se articulam na produção do cotidiano e tomam forma de representações sociais sobre esse cotidiano. Segundo a definição de Jodelet (1989) a respeito das representações sociais, trata-se de “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Interferem nesse contexto, onde se produzem as representações e práticas sociais, as instituições governamentais que estão presentes nos assentamentos desde as primeiras negociações para a legalização das terras ocupadas. Elas têm como função implementar políticas públicas: educação, saúde, implantação de infra-estruturas, construções e abertura de estradas, assistência técnica agrônômica e creditícia, fiscalização, etc. De modo geral, essas políticas são exógenas. São pensadas, formuladas e decididas em gabinetes, sem a devida participação dos assentados. Muitas vezes, elas mantêm um discurso participativo, mas somente na fachada, superficial, uma vez que não conseguem respeitar os processos individuais e dos grupos envolvidos. Essas instituições têm muitas tarefas e responsabilidades durante o período de implantação dos assentamentos e, com isso, trabalham no atacado, atuando nas questões mais amplas, sem priorizar questões ditas menores, do dia-a-dia, mas que são as construtoras das bases do processo educativo comunitário.

De modo geral, o Estado se relaciona com os assentados de forma não dialógica, autoritária, cooptando algumas lideranças do assentamento que passam a ter o papel de formadores de opinião. O Estado, como um aparelho ideológico, busca transferir tecnologias e conhecimentos, sem que haja uma construção coletiva ou apropriação dos conhecimentos pelos assentados. Nesse cenário onde entra o Estado, as questões ambientais são relegadas a planos secundários, pois as premissas que orientam a ação extensionista junto aos assentados são as de um modelo de desenvolvimento rural via tecnologias disponíveis e pacotes tecnológicos. Além disso, são exigidas, como contrapartida ao acesso ao sistema creditício, formas de lidar com a terra conflitantes com as atuais perspectivas de desenvolvimento sustentável.

O modelo agrícola disponibilizado é fortemente exigente em insumos modernos, agrotóxicos, fertilizantes químicos e mecanização pesada que, além de comprometer os sistemas biológicos naturais, causam a poluição do solo e das águas e doenças e enfermidades nos agricultores. É, ainda, pouco exigente em mão-de-obra, ou seja, não ocupa e valoriza a disponibilidade de mão-de-obra familiar existente no assentamento. Constrói-se uma cultura rural voltada para padrões de desenvolvimento que interessam à reprodução do capital, em detrimento de modelos alternativos de produção que privilegiem a adubação orgânica, o plantio direto, o controle integrado de pragas e doenças e a mecanização com o uso da tração animal.

A adoção de modelos alternativos permitiria, além dos ganhos com a produção, a proteção irrestrita do produtor e a conservação do meio ambiente. Os técnicos que encaminham esses programas reforçam concepções de modernidade e progresso que circulam entre nós brasileiros desde a revolução verde dos anos 70 e reapresentam formas de lidar com o meio ambiente que não respeitam sua diversidade.

Do ponto de vista do MST, a tecnologia agrícola deveria propiciar tanto o aumento da produtividade do trabalho quanto das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. De acordo com o Programa de Reforma Agrária do MST (Movimento..., 1995), deve-se “implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que levem a um novo modelo adequado à realidade nacional e de desenvolvimento auto-sustentado”.

Ainda, porém, não houve tempo suficiente para o movimento organizar, na sua perspectiva de cooperativa, uma assistência técnica que possa direcionar os assentamentos nesse sentido desejado.

Participar do MST, em qualquer modo de militância, torna-se, então, viver um intenso processo de aprendizagem sobre as formas de perceber e manejar o meio ambiente novo com o qual acampados e assentados se defrontam.

Representações anteriores servem de apoio para as novidades que surgem no novo contexto de vida. Eles ancoram o que parece pouco familiar às representações já constituídas em situações já vividas. Complementam e superpõem interpretações com as informações que vêm dos técnicos, dos vizinhos, das lideranças do MST, dos visitantes, das universidades, dos

“apoios”⁴. Produzem novas representações a partir do que experimentam na prática cotidiana de trabalho e convívio comunitário. Constituem o espaço rural com formas específicas de intervir na natureza e são constituídos, também, pelas respostas que esta lhes oferece, traçando significações que dirigem as práticas e dão objetividade ao mundo.

⁴ “Apoios” são todas as pessoas, consideradas pelos assentados, que prestam algum tipo de serviço no assentamento ou, então, que fazem algum tipo de doação em dinheiro ou em espécie.

O ASSENTAMENTO DA FAZENDA IPANEMA, IPERÓ, SP

A Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilise, na Geórgia, CEI, em outubro de 1977, marcou definitivamente a importância do processo de ‘educação ambiental’ como o veículo de conscientização dos povos a respeito das questões ambientais. A Recomendação nº 15 desta Conferência considera o meio de trabalho como o meio natural de aprendizagem de grande parte da população adulta, além de defini-lo como espaço de influência física, social e psicológica; portanto, um excelente ponto de partida para a educação de adultos (UNESCO, 1980).

Considerando-se que um assentamento rural é um espaço natural de trabalho e que as relações que se dão em seu interior determinam processos educativos, procurou-se destacar de uma pesquisa em andamento intitulada “A produção do saber sobre a floresta pelos assentados na Fazenda Ipanema, Iperó, SP”, alguns temas em torno dos quais se aglutinam representações sociais consideradas de vital importância para um trabalho de educação ambiental. O caso estudado foi o assentamento da Fazenda Ipanema, localizado no município de Iperó, onde atualmente vivem 150 famílias de assentados, oriundos, na sua grande maioria, das periferias de grandes centros urbanos do Estado, como Campinas, Sumaré, Piracicaba e Sorocaba. Esse assentamento foi escolhido pela pesquisa por se constituir numa situação *sui generis*, que é o fato de ser vizinho à Floresta Nacional de Ipanema, uma Unidade de Conservação do IBAMA⁵ que foi instituída por decreto presidencial apenas uma semana após a ocupação dos “sem-terra” e localizado, portanto, dentro da mesma fazenda.⁶

As famílias residentes no assentamento da Fazenda Ipanema fazem parte do MST e estão experienciando as circunstâncias definidas nos itens anteriores.

Não é possível, no espaço deste artigo, apresentar todo o histórico da ocupação até os dias de hoje (quando os lotes já estão delimitados), como seria necessário para melhor esclarecer os modos como se produzem (ou vêm se produzindo) as representações dos assentados no meio ambiente com o qual convivem.

⁵ IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

⁶ Na Fazenda Ipanema existem ainda: o Ministério da Marinha, com o Projeto ARAMAR e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento com as instalações do antigo CNEA (Centro Nacional de Engenharia Agrícola).

Pretende-se, apenas, apontar dois temas sobre os quais se aglutinam inúmeras representações e que orientam a maior parte das práticas agrossilviculturais no assentamento estudado.

Um deles refere-se ao “trabalho coletivo”, em torno do qual se nucleiam imagens de “união”, “força”, “organização”, que se fizeram presentes na ocupação e orientam a resistência, mas também imagens referentes à “desconfiança”, “perda da autonomia pessoal”, “discórdia”, “briga”, “ameaça”, produzidas nas experiências e confrontos entre os grupos que se formaram durante o acampamento e na relação com algumas lideranças.

As imagens negativas e positivas do “trabalho coletivo” que dão objetividade ao que se entende por ele, ao mesmo tempo que impulsionam alguns diálogos e acordos dentro do assentamento e mantêm algum nível de participação no MST de forma mais ampla, também dificultam a possibilidade de se traçar um plano global participativo de manejo ambiental, tanto das reservas, quanto da atividade agrícola voltada para um projeto de desenvolvimento sustentável na região, pois não se almeja uma socialização das decisões a respeito dos lotes familiares.

Esse é um tema pelo qual passam as objetivações do mundo das relações de trabalho, que implicam relações diretas com a natureza, a família e a comunidade local.

Outro tema importante que aglutina representações contraditórias é o referente ao “uso de tecnologias”. Em torno dessa questão gravitam representações inúmeras, construídas a partir do que se considera “progresso técnico”, “sucesso”, “tempo livre”, “autonomia”, e, por outro lado, “destruição da natureza”, “doença” e “despesa”.

O primeiro investimento realizado pelas famílias mais engajadas na luta mais ampla dentro do MST foi a compra de tratores e implementos pesados, visando à destoca e à aração da maior área de terra possível. Limpar e preparar tudo com o trator significa, na fala das lideranças, “sobrar mais tempo para a luta”, “não ficar escravo da enxada”, isto é, do trabalho pesado que escraviza o homem e não lhe permite participar da vida política ou de outras atividades criativas. Por outro lado, os técnicos e as políticas de crédito estimulam a utilização dessa tecnologia e a faz aparecer como a mais adequada, não para a liberação do ser humano do trabalho árduo ou para que haja mais tempo disponível para o lazer ou para as atividades sociais e políticas, mas para a integração do pequeno agricultor familiar no processo ampliado de acumulação do capital.

Esse é um tema pelo qual passam as objetivações do modelo de desenvolvimento (econômico, social, tecnológico, etc.) que está sendo construído no cotidiano do assentamento e que implica manutenção desses produtores na atividade agrícola, na produção e na sustentabilidade ambiental.

CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O assentamento em estudo é um espaço de produção agropecuária e florestal familiar, cujos agricultores se autodenominam “sem-terra”, o que os caracteriza dentro de uma situação histórica determinada.

O Estado, que os reconhece após se constituírem em grupo organizado que exerce uma pressão contra-hegemônica das questões referentes ao papel social da terra, procura exercer, por sua vez, uma função reconstituidora da hegemonia anterior, mediante a sua assistência técnica e as instituições que penetram nos assentamentos já reconhecidos. Assim, o relacionamento dos assentados com o Estado interfere na autonomia do Movimento. Nesse sentido, Fernandes (1996) considera que o controle dos assentados sobre o seu próprio espaço “traz tanto o sentido de autonomia como de heteronomia”.

Por outro lado, todos estes diferentes contextos que se sucedem ao longo da história do assentamento, com práticas sociais e simbólicas estabelecidas no cotidiano, produzem diferentes representações sociais que, dialeticamente, vão determinando novas formas individuais ou coletivas de relacionamento com a natureza.

Dessa forma, pode-se afirmar que o assentamento é um *locus* de educação comunitária, e a questão ambiental será considerada pela população se for realizado um amplo processo de reflexão/ação sobre as atuais práticas sociais e produtivas, pois estas interferem direta ou indiretamente na conservação da natureza.

Um projeto de educação ambiental não-formal na Fazenda Ipanema, que vise a contribuir para a solidificação da autonomia dos assentados e refletir as formas coletivas de produção e comercialização, deve retomar o processo histórico no qual se produzem as imagens relacionadas com o “trabalho coletivo” e “usos de tecnologias” e a forma como elas (essas imagens) se transformam em representações e, a partir daí, orientam as práticas sociais. Retomar o processo histórico seria escrever coletivamente essa História,

para que a comunidade dela se aproprie e, assim, possa refazê-la. Esse processo de reconstrução histórica ajudaria na formação de uma consciência coletiva.

Refletindo as representações da comunidade, o educador e os educandos descobririam os encadeamentos e os deslocamentos das imagens aglutinadas no processo histórico, que hoje compõem o desenho destas inúmeras representações.

Um projeto de educação ambiental em assentamento rural que não pretenda negar os sujeitos coletivos que estão se constituindo no Movimento dos Sem-Terra, deverá trabalhar a partir dos sonhos dos assentados, povoados de idéias, emoções e imagens contraditórias a respeito do projeto agroflorestal, das relações comunitárias e das relações sociais mais amplas. Portanto, há necessidade de deixar fluir estes sonhos, que, ao serem expressos, explicitarão o contexto em que foram produzidos e demandarão soluções alternativas para seus problemas. A pesquisa das representações sociais na Fazenda Ipanema já nos indica que o caminho para a educação ambiental nos assentamentos é o diagnóstico participativo, com a reconstrução histórica da comunidade constituída, abordando as relações interpessoais, intergrupais e com a natureza.

Ao diagnosticar e traçar planos coletivos no assentamento, a população deve ter acesso a informações de outras formas de agricultura e manejo florestal diferentes daquelas que lhes têm chegado por meio dos técnicos das instituições estatais e da mídia. Esse diagnóstico e plano de ação global agrossilvicultural para o assentamento não pode ser feito somente pelas técnicas que estimulem processos cognitivos, mas também de sensibilização e criatividade, porque devem impulsionar a vontade de participar e refazer o coletivo.

Os temas já indicados neste artigo e outros que a pesquisa em curso irá apontar estão saturados de significações e devem ser apresentados em um processo de educação ambiental como temas geradores⁷, mediante imagens fotográficas, desenhos feitos por eles, músicas do MST, textos, etc. Estas recomendações deverão fazer parte do tópico final da pesquisa anteriormente citada.

⁷ No sentido dado por Paulo Freire no Capítulo IV, "Investigação e Metodologia da Investigação do Tema Gerador", citado por Torres Novoa (1979).

A.M.B. Machado

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D., ed. **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MST (São Paulo). Programa de Reforma Agrária do MST, 1995. (Caderno de Formação, 23).
- ORGANIZACION de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. **La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi**. Tbilisi: UNESCO, 1980.
- TORRES NOVOA, C.A.. **A práxis educativa de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1979.